

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília Class.: 1465

Data: 28.01.90

Pg.: _____



O garimpo do Alto Mucajaí, em Roraima, provocou redução na taxa de natalidade dos yanomami, além dos prejuízos à natureza

Último garimpeiro sai em 9 meses

A retirada dos garimpeiros que atuam em área indígena, em plena Floresta Nacional, entre Boa Vista e Manaus, só estará completa no prazo mínimo de nove meses, segundo avaliação de indigenistas da Fundação Nacional do Índio (Funai). As seqüelas

deixadas pela depredação do homem branco, no entanto, não têm prazo marcado para ser eliminadas, ou pelo menos reduzidas. O repórter Carlos Tavares e o fotógrafo Antônio Cunha, do Jornal de Brasília, estiveram no garimpo do Alto Mucajaí, onde al-

gumas tribos yanomamis sofreram redução acentuada na taxa de nascimento. Em Boa Vista, os garimpeiros acampados no Aeroporto Internacional sonham com alguma possibilidade de voltar dali mesmo para as terras yanomamis. Chegaram a

viver momentos de euforia, nos dois últimos dias úteis da semana, com a liminar do juiz Giorgio Lopes Leite, que garantia a permanência dos garimpeiros em terras indígenas e a manutenção dos equipamentos de garimpagem na área (Pág.10)

Garimpeiros mantêm esperança de voltar

Carlos Tavares
Enviado especial

Boa Vista viveu os últimos dois dias úteis da semana a euforia do retorno ao garimpo. A estranha liminar do juiz Giorgio Lopes Leite, que supostamente permitiria a volta dos que saíram das áreas de mineração, serviu apenas como atestado do óbito de uma falsa esperança para os que teimam em explorar, de forma ilegal, o ouro de Roraima. Muitos garimpeiros acamparam no Aeroporto Internacional de Boa Vista aguardando novidades e a possibilidade de voltar dali mesmo as terras yanomami.

Mas, se não é verdade a força que resgata o direito de extração do minério em território indígena, contida no papel assinado pelo juiz, ainda em Roraima a força de esperança no retorno ao garimpo quando o presidente eleito Fernando Collor de Mello assumir a direção do País.

“E Collor entrando em Brasília e a gente no garimpo, diz o cearense Luis Mendes Correa, um dos milhares de peões do ouro que iria voltar para casa apenas com o dinheiro da passagem depois de um ano de trabalho.

“A gente constrói as pistas e Romeu vem e Tuma” — brinca outro companheiro de Luis, com aquela velha capacidade de rir do sério que aprende como herança comum do aspecto tragicômico da própria existência.

A esperança do retorno é um fato, mas não repousa apenas na sentença Collor de Mello. Dois personagens de quilate político menor, mas de calibre de influência bastante pesado na região decolam desse tabuleiro de trapalhadas oficiais e jogos jurídicos de fundo proclatório — o famoso “pistola de ouro”, empresário Elton Rohnelt, dono da Gilmaz e o governador de Roraima, Romero Jucá, candidatos ao Senado da República.

Pistola de Ouro

Elton Rohnelt, que já não posa mais para a imprensa empunhando a pistola feita toda de ouro, pois deseja apagar essa imagem, que não fica bem para quem caminha em direção a uma cadeira no Congresso Nacional, diz que não há progresso sem conflito — índio, ouro e garimpeiro devem viver em harmonia.

Elton se referia às divisas econômicas geradas pelo ouro e por

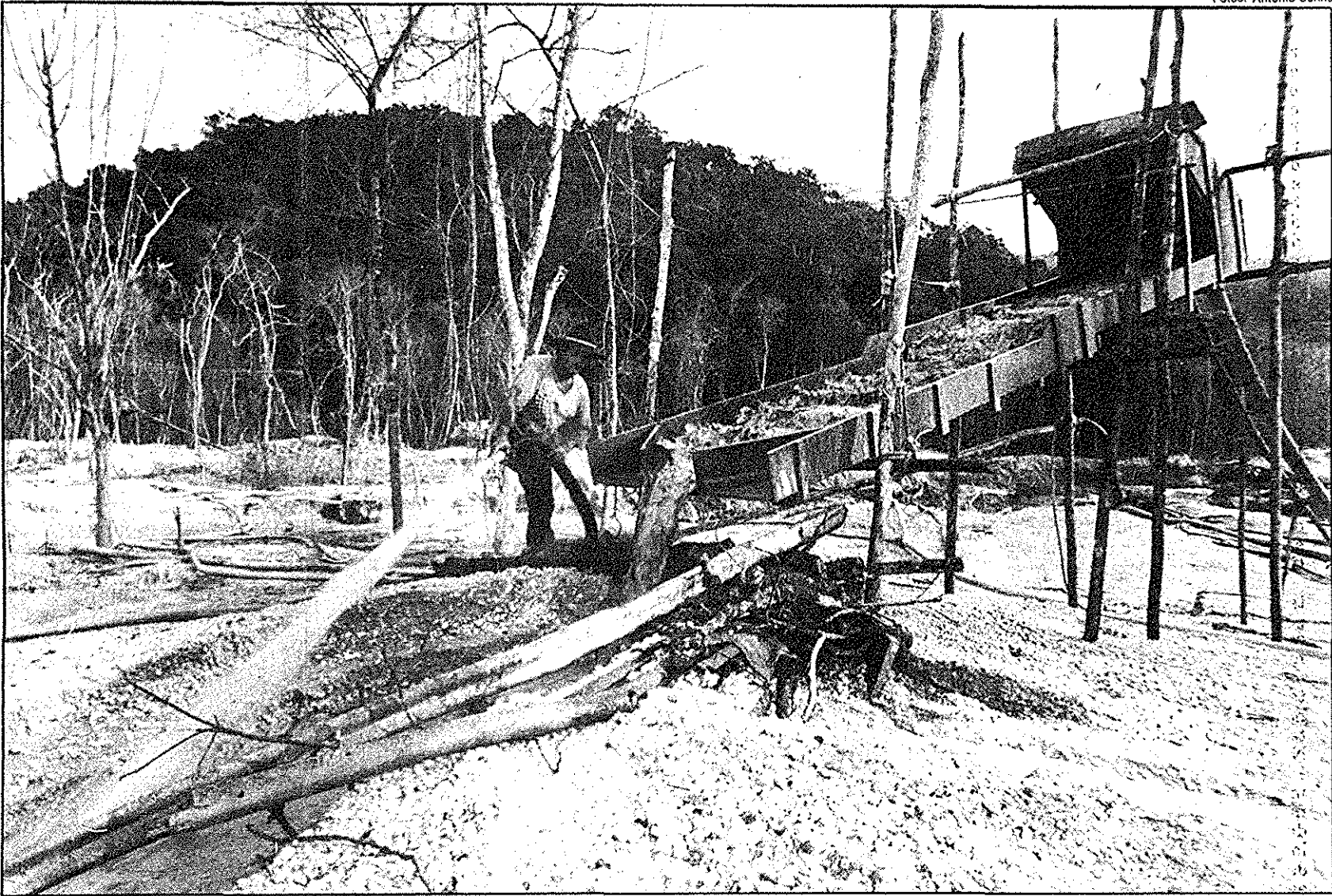
outros minérios, mesmo tendo consciência de que 90% dessa economia sai ilegalmente do País, sem passar pela receita federal ou estadual. Ele acusa grupos estrangeiros, principalmente ingleses, americanos, holandeses e alemães de saquearem as jazidas de estanho de Roraima — as maiores do mundo, sem pagar um tostão ao País.

Elton vende cassiterita para a Paranapanema. Ao lado de José Altino e Lauro, que fornece matéria-prima para uma firma alemã chamada Ferrosthal, domina a região do Alto Parima, vizinhanças do Calha Norte, em Surucucu, fronteira com a Venezuela, espécie de portal de tráfico mineral e entrada ilegal, em Roraima, para abastecer os setores de extrativismo, com remessas de mantimentos e combustíveis.

Vozes Paralelas

Aparentemente a situação de Elton Rohnelt é mais confortável do que a de Romero Jucá, agora pressionado por garimpeiros eleitores e setores do Governo Federal que argumentam em vozes paralelas pelo fim e continuidade do garimpo em Roraima. Recai sobre Jucá, um governador de Estado, a acusação de ter se comprometido com mineradores do Alto Parima, aliás, do Alto Mucajai e do Catrimani (A Funai está fazendo zoneamento indígena nessa região, pois esta semana descobriram, num sobrevôo de três horas, várias aldeias yanomami). Jucá deve 500 quilos de ouro aos peões que trabalham em suas balsas e máquinas e não vai poder pagar, se a Federal interceptar aquela área, que, por sinal, está sob a responsabilidade, parte dela, do Ibama. O governador não foi localizado pelo JBr para falar sobre estas acusações.

Com as pressões dos movimentos de solidariedade yanomami e de departamentos federais, Jucá vê a sua candidatura ao Senado ameaçada. Tem sido o alvo principal da falência do antigo acordo governamental derrubado pela lei 98.502 da nova Constituição, que diz ser ilegal a garimpagem em área indígena. Jucá anunciou a assinatura do acordo reservando três áreas nobres de garimpo, 600 mil hectares distribuídos entre o Catrimani (área de interesse pessoal), Urariquera e Alto Parima, envolvendo, de quebra, a falida Província Aurífera de Santa Rosa. Essa garantia não funcionou.



Os garimpeiros ficaram entusiasmados com a liminar do juiz de Roraima e confiam em regressar às áreas Yanomami

Ritual das cinzas e festa da morte

Leohu, a festa das cinzas dos mortos. Os Yanomami recolhem e bebem as cinzas dos seus mortos durante cinco dias. Embriagam-se com a beberegem da tristeza, lembrança e silêncio. A memória dos parentes cremando nas fogueiras, enquanto aguardam a hora de chorar, que vem no último dia. Omam (o Deus dos Yanomami), que não é do bem nem do mal, acompanha o rito e distribui em cada um dos vivos uma parte dos mortos. E os vivos sabem, como ensinou-lhes o Deus, que o mundo da morte é tão bom quanto o mundo da vida.

Com o contato com os brancos, os Yanomami multiplicaram as cinzas e as vezes das celebrações do Leohu, festa que habitualmente consomem muito caxiri (aguardente de cinzas e raízes que embriaga e adormece), taioha, pupunha, cará, curaná, macaxeira e revigora a tribo para a caça, o nascimento, a lavoura e a preservação, no corpo dos vivos, das qualidades dos entes finados. Leohu é uma espécie de festa da reencarnação.

Com o contato com os brancos, que invadem grotas e derrubam barrancos em busca de ouro, passaram a temer o fim da Leohu e a ira de Omam. Omam ensinou Yanomami a plantar, a caçar e a viver. O índio premiado pela ONU, David Koppenaw Yanomami pergunta então como os seus parentes irão perpetuar o ritual mais importante de sua história, se os garimpeiros destroem roçados, roubam o plantio das aldeias e atacam os Yanomami com as armas da malária, da gripe, da tuberculose, com o gatilho das pistolas e espingardas, com presentes inúteis e o veneno de uma estranha etnia a eles, destilado constantemente nos tecidos das roupas, na bebida alcoólica, nas eventuais relações sexuais entre garimpeiros e nativas.

Natalidade

Em algumas tribos Yanomami do Alto Mucajai (a uma hora e meia de voo de Boa Vista), a taxa de nascimento sofreu uma redução da proporção de nove para 1,5 por ano. A Funai trata dos índios com mero paliativos, pilulas antigripais, e antibióticos que apressam a fragilização do metabolismo Yanomami, mas que em nada colabora com a longevidade de saúde dos índios.

O indigenista Chico Bezerra, afastado dos Yanomami, há dois anos, pelo ex-presidente da Funai e atual governador de Roraima, Romero Jucá, quando o projeto Calha Norte vivia seus primeiros dias de atividade de vigilância das fronteiras, lembra-se de que havia no Vale das Surucucus, em 1976, três mil Yanomami. Esse número cresceu em 12 anos para quatro mil. Com a chegada dos garimpeiros, a situação se reverteu.

“Agora eles morrem assim que nascem. Os Yanomami estão desnutridos, enfraquecidos, pegam tudo quanto é doença de branco, principalmente malária, tuberculose, gripe, pneumonia, sem falar em escabiose, oncocercose, etc.



A cultura Yanomami é ameaçada pelo contato com garimpeiros

O último levantamento da Funai das aldeias do Mucajai, próximas ao garimpo do Baiano Formiga, onde está agora a base da operação Yanomami, indica a morte de 22 dos índios em um ano numa comunidade de 170 índios. Chico Bezerra agora trabalha com os waimiri-atroari, um homem de 52 anos, estatura baixa, calmo e contemplativo, que deu a metade do temo de sua vida aos Yanomami. Foi tirado da reserva Yanomami por um general do projeto Calha Norte, chamado Iran, à quem a época, o presidente da Funai, Romero Jucá, atendeu.

Denúncia

“Eu não era contra o Calha Norte. Era contra povoar o lugar. Os índios viviam em paz até a vinda dos garimpeiros. Eles roubam e batem nos índios. Levam doenças e não dão remédios. Os Yanomami são pacíficos, mas isso não teria sido tão fácil com os caiapós, por exemplo”. Bezerra foi removido inicialmente para Manaus, com direito a escritório, secretária, telefone, chefando a Assessoria de Índios Isolados, um cargo bastante incômodo para quem vivera 20 anos entre os índios.

Bezerra não agüentou três meses. Sua filha mais velha, Wayka, um dia pegou um táxi em Manaus e pediu para o motorista levá-la a

Surucucu. Totalmente impossível. Uma vizinha viu a menina discutindo com o motorista, que insistia em dizer que não sabia onde ficava aquele bairro. Na mesma semana, Bezerra pediu para ser removido outra vez para a convivência com os índios. Faz dois anos que está com os Waimiri-atroari. As aldeias dos waimiri-atroari estão cercadas, como os Yanomami, por mineradoras do Grupo Paranapanema, que exploram a cassiterita em plena área da Floresta Nacional, entre Boa Vista e Manaus, com jurisdição do Ibama.

Os indigenistas da Funai veem a Operação Yanomami (a retirada dos garimpeiros) com um pouco de desânimo. Cálculos de Bezerra e Fiorello Parisi apontam um total de 269 dias para a evacuação completa da área. A Funai garante agora recrudescer o ritmo da operação integrando a partir desta semana mais três búfalos da FAB. Com eles saíram 300 garimpeiros por dia. Dos 20 mil homens que mineram ouro nas reservas indígenas até agora, com quase um mês de operação, foram retirados pouco mais de mil garimpeiros.

Quanto às seqüelas deixadas pelo branco, Fiorello acredita que apesar disso, será possível, com o tempo, reduzi-las satisfatoriamente.



Por onde passam os garimpeiros, a natureza sofre as consequências da sua atividade

Fotos: Antônio Cunha

As lendas dos índios yanomami

Omam era um deus perdido e solitário nas florestas amazônicas até o dia em que resolveu beijar o rio Mucajai e pescar a filha de Tabalissih, a vênus dos yanomami. Da união nasce o povo yanomami, e esta é a lenda mais representativa, para eles, dos símbolos e verdades de sua religião. Eles não precisam de outras, mas essa lenda, ainda preservada em alguma aldeias yanomami, está fadada ao desaparecimento com a ação de catequese, que utiliza códigos religiosos dos mais avessos à cultura dos índios desta etnia. Levado ao seio das aldeias pelos missionários estrangeiros e brasileiros, esse tipo de ensinamento conduz ao estrangulamento de um patrimônio cultural dos mais ricos do mundo.

Quando acontece o contato do missionário com o índio, na visão de Chico Bezerra, produz-se o fenômeno do paralelismo religioso. O “deus branco” assume o poder e passa a ditar as regras do “céu” e do “inferno”.

Fiorello Parisi, da missão opinião, é contra as missões estrangeiras e brasileiras, porque elas reverterem um processo milenar de tradição, destróem, o acervo de crenças e códigos de um povo único no mundo. A afirmação do antropólogo da Funai encontra sentido, quando se sabe que o Sammer Institute, por exemplo, uma entidade de norte-americana de linguística e pregações evangélicas, atua na Amazônia há mais de 20 anos e consegue até traduzir a Bíblia dos protestantes e dos católicos para o idioma yanomami. Como o Sammer, a Meva (Missões Evangélicas da Amazônia), Asas do Socorro, e Novas Tribos do Brasil produzem os mesmos efeitos danosos à comunidade indígena. Geralmente essas missões se protegem por trás dos véus do atendimento assistencial, na saúde e na alimentação, principalmente, e atingem seus interesses, muitas vezes interesses direcionados ao transporte de informações aos seus países de origem acerca do potencial mineral do Amazonas.

O único aspecto positivo do Sammer Institute, por exemplo, na opinião do indigenista Fiorello Parisi, é que eles fazem uma coleta de símbolos idiomáticos e trabalham em várias áreas da linguística para preservar, pensando na posteridade, os códigos semióticos do povo yanomami. “Parece até que eles sabem que se trata de uma raça em extinção”, ironiza Parisi. Chico Bezerra acusa as missões de catequizar os índios. Para ele, as missões mais agressivas e misteriosas são as pentecostais.

Os yanomami, cercados de garimpos por todos os lados e agredidos pelos catequistas pentecostais e grupos poderosos de mineração, sofrem a cada dia a dor da morte dos parentes em escala triplicada nos últimos dois anos. Sem defesa alguma, com o Estado atuando de forma ainda ineficiente e insignificante, somam entre seis a sete mil habitantes, remanescentes de uma linhagem humana única no planeta, condenada ao desaparecimento, com a morte caminhando por suas aldeias sobre os calcanhares dos mineradores e missionários, saqueando um patrimônio que em breve irá parar num museu de memória antropológica.



A influência do homem branco está presente no modo de vestir

Apenas uma mina de malária

Santa Rosa já deu muito ouro, mas atualmente não passa de uma mina de malária revestida por uma paisagem de beleza inebriante, uma espécie de santuário vegetal da região, apesar da ação danosa do garimpo. O Ibama, mesmo assim, que tenta preservar as áreas de maior força ecológica, denominando as estrategicamente de Floresta Nacional, deixou Santa Rosa na mão dos garimpeiros, em plena comunidade Yanomami.

O presidente da Usagal, José Altino, que vende cassiterita para a “Cia” (não é a agência de informações americana, mas uma empresa de mineração, também norte-americana), garante que ninguém vai aceitar Santa Rosa. “Isso é brincadeira. Santa Rosa não tem mais ouro e está ocupada há muito tempo. Nós vamos lutar pelos nossos direitos. Fomos nós que descobrimos ouro, e o governo tem que nos dar uma solução”.

Altino é conhecido pela sua habilidade política e poder de liderança. Na sexta-feira, durante o ato público dos garimpeiros, na praça dos garimpeiros, em represália à anunciada manifestação Yanomami, comandada pelos caciques Raoni e Paicá, que não aconteceu, ele foi o único que não atacou diretamente o bispo de Roraima, dom Aldo Mongionio, que os garimpeiros responsabilizam pela atual situação de veto do garimpo e pedem constantemente a sua saída. “Morte a dom Aldo” era a palavra de ordem da concentração dos garimpeiros na tarde da sexta-feira em frente ao Palácio do Governo e à diocese de Roraima.

Olhos fechados

Altino acusa o Ibama de fechar os olhos a atuação de empresas fortes da região, a Paranapanema e pergunta por que a imprensa não divulgou o resultado da reunião que houve semana passada entre Fernando César Mesquita, presidente do Ibama, e representantes da Paranapanema, em Pitinga, nas redondezas das aldeias dos Waimiri-Atroari, entre Boa Vista e Manaus.

O empresário e presidente da Usagal, é evidente, vem, com suas

declarações, jogando um caminhão de cascas de bananas para o governo escorregar e sair da letargia (propositual não) que o faz deixar agir livremente em áreas proibidas a essas empresas de mineração. Por exemplo, no Alto Parima, área da Floresta Nacional, considerada o filé do extrativismo mineral, detém o poder de mineração apenas as companhias do Grupo Monteiro Aranha, a Andrade Gutiérrez e a Paranapanema.

É lá onde a Funai detectou o maior índice de deterioração da etnia yanomami. Há um elevado estágio de prostituição indígena, doenças e escravidão branca e indígena. Nas SDE, sexta-feira, a Funai enviou telex ao Ibama, em Brasília, informando que a Floresta Nacional está invadida por garimpeiros e empresas de mineração. “Toda mineração em território indígena é ilegal” anunciava o coordenador da operação yanomami, Nilson Campos Moreira, sexta-feira de manhã. A Funai quer que o Ibama tome providências porque até agora o Ibama não fez nada, enfatiza Nilson.

Jogo semântico

Para Nilson, a distinção de Floresta Nacional para reserva florestal é apenas um jogo semântico para confundir os leigos. Nas florestas nacionais, o governo permite o extrativismo racional. Nas reservas florestais, não. Muito menos nas reservas indígenas. Mas acontece que nas florestas nacionais do Ibama existem centenas de tribos dos yanomamis, macuxis, wapixanas, ingaricos, taurepangs, yekuanas, sumans, xirianas, manaikos, rians, waimiri-atroaris e wai-wais, maiongongs e outros povos que ainda não tiveram contato com o branco. Assim, enquanto a Operação Yanomami concentra suas atividades nas reservas indígenas apontadas como ilegais ao garimpo, a atividade se alastra em outros limites, das florestas nacionais, como um câncer que medra e se enraíza em outros órgãos de um corpo vegetal considerado inevitável para a oxigenação de todo o planeta — a Amazônia. (C. T.)